



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 693/93

“Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos Direitos da criança e do adolescente e dá outras providencias”

A Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

#### **Capítulo I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I – políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II – políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitam;

III – serviços especiais, aos termos desta Lei.

§ Único - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º - São órgãos de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – Conselho Tutelar.

Art. 4º - O Município poderá criar os programas e serviços a que



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

aludem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante previa autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção em sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

- a) prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

### ***Capítulo II***

#### **Do Conselho Municipal**

#### **Da Criação, Natureza e Atribuições**

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras funções que lhe foram atribuídas:

I – definir política de promoção, atendimento e defesa da infância e da adolescência no Município de Lajinha, com vistas ao cumprimento às obrigações e garantias de seus direitos fundamentais e constitucionais;

II – fiscalizar ações governamentais e não-governamentais no município de Lajinha, relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

III – articular e integrar as entidades governamentais e não



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

governamentais, com atuação vinculada à infância, definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV – fornecer os elementos e informações necessários à elaboração da proposta orçamentária para planos e programas;

V – receber, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente, fiscalizando a apuração e a execução;

VI – manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;

VII – incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais governamentais ou não, envolvidos no atendimento direto à criança e ao adolescente;

VIII – realizar visitas à Delegacia de Polícia, presídios, e entidades governamentais e não governamentais, que prestem atendimento à criança e ao adolescente, propondo as medidas que julgar conveniente;

IX – aprovar os registros de inscrições e alterações subsequentes, previstos em lei, das entidades governamentais e não governamentais de defesa e de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos do Regimento Interno;

X – captar recursos, gerir o fundo municipal e formular o plano de aplicação;

XI – conceder auxílios e subvenções e entidades governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento e na defesa da criança e do adolescente inscritas no Conselho Municipal;

XII – promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais e internacionais, visando o aperfeiçoamento e consecução de seus objetivos;

XIII – difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente;

XIV – elaborar seu Regimento Interno.

### **Capítulo III**

### **Da Constituição do Conselho**

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 08(oito) membros efetivos e mais 08(oito) suplentes, sendo 04(quatro) de órgãos públicos e 04(quatro) de entidades assistenciais privadas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos conselheiros titulares;

§ 2º - os órgãos públicos municipais com assentos no conselho são:

- a) Diretoria de Educação;
- b) Diretoria de Saúde;
- c) Diretoria de Esportes;
- d) Fundação de Desenvolvimento Social de Lajinha.

§ 3º - Os órgãos públicos e as entidades não-governamentais serão representadas pelos respectivos titulares, os quais indicarão seus suplentes.

§ 4º - As entidades não-governamentais serão representadas pelo Trabalho e Encaminhamento do Menor de Lajinha – T.E.M.L., e mais 03(três) representantes de entidades da Sociedade Civil, escolhidos pelo voto das entidades que fazem parte do programa, legalmente constituídas e diretamente ligadas à defesa ou atendimento à criança e ao adolescente, em funcionamento há mais de 02(dois) anos.

§ 5º - O mandato dos Conselheiros que representam as 03(três) entidades assistenciais, não-governamentais será de 02(dois) anos, permitindo a recondução por igual período.

§ 6º - Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração.

§ 7º - As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse público, sendo seu exercício prioritário.

### **Capítulo IV**

#### **Da Estrutura Básica do Conselho**

Art. 8º - O Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente elegerá, entre seus membros, e com mandato de 03(três) anos, um presidente, um vice-presidente, 1º, 2º e 3º secretários e 1º, 2º e 3º tesoureiros, com atribuições definidas no regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho poderá requisitar servidores públicos, vinculados



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

aos órgãos que o compõem para a formação da equipe técnica e de apoio administrativo, necessária à consecução de seus objetivos.

### **Capítulo V** **Dos Recursos Financeiros**

Art. 10º - Fica criado o Fundo Municipal para infância e adolescência destinado a captar e aplicar os recursos financeiros indispensáveis às atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O Fundo se constitui de:

- a) dotações orçamentárias destinadas pelos poderes públicos;
- b) doações de entidades nacionais e internacionais governamentais e não governamentais;
- c) doações de pessoas físicas e jurídicas;
- d) legados;
- e) contribuições voluntárias;
- f) os produtos das aplicações dos recursos disponíveis;
- g) o produto de vendas de materiais, publicações e eventos realizados;
- h) pelos recursos provenientes dos Conselhos estadual e nacional de Defesa da Criança e do Adolescente;
- i) pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposições de penalidades administrativas previstas na Lei Federal;
- j) por outros recursos que lhe forem destinados.

§ 2º - O Fundo será gerido pelo Presidente em conjunto com o Tesoureiro, na forma definida no Regimento Interno.

§ 3º - O Fundo será obrigado a prestar contas mensalmente ao Conselho Municipal, às entidades governamentais, das quais tenha recebido dotações, subvenções ou auxílios, e apresentar o balanço anual a ser publicado na imprensa local.

### **Capítulo VI** **Do Conselho Tutelar**

Art. 11 - Fica criado o Conselho Tutelar de Lajinha, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Lajinha.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 12 - O Conselho Tutelar será composto de 05(cinco) membros efetivos, sendo 01(um) de área de Direito, 01(um) de área de serviço social, 01(um) da área de psicologia, 01(um) da área de Pedagogia Educacional, 01(um) de cada área eleitos pelo voto facultativo e direto dos cidadãos que participam das entidades governamentais e não governamentais, com atuação na área do município, cujos nomes constarão do registro aprovado no Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

§ 2º - O mandato será de 03(três) anos permitida uma reeleição.

§ 3º - Os membros titulares do Conselho tutelar serão remunerados pelo Fundo de que trata o artigo 10 desta Lei, com remuneração determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º - A remuneração durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.

§ 5º - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

- a) diploma em cursos universitários;
- b) reconhecida idoneidade moral;
- c) idade superior a 21 anos;
- d) reconhecida experiência na área de defesa e atendimento as crianças e adolescentes;
- e) residência no município de Lajinha há mais de 01(um) ano.

§ 6º - As chapas contendo os cinco nomes para o Conselho tutelar com a indicação do Presidente, do Secretário Geral, de 03(três) membros titulares, e mais 04(quatro) suplentes, serão apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante o mês de novembro, sob a presidência do Juiz competente e fiscalização do Ministério Público, e a posse ocorrerá em 15 de março seguinte.

§ 7º - São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos,



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, bem como os parentes até segundo grau do Juiz de Menores e do Curador de Menores em exercício na Comarca de Lajinha.

§ 8º - Será considerado vago o cargo por morte, renúncia ou perda do mandato.

§ 9º - Perderá o mandato o conselheiro que transferir sua residência para fora do município de Lajinha, que for condenado por crime doloso, descumprir os deveres da função, este apurado em processo administrativo com ampla defesa e voto favorável à cassação do mandato de 5/8 dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 10º - O suplente será convocado, pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a assumir função no Conselho tutelar nos casos de vacância de cargo, férias ou licenças na sua área profissional e, durante o exercício efetivo da função, terá direito a remuneração.

§ 11 – O Conselho Tutelar funcionará em local, dia e horário estipulado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 13 - O Poder Público Municipal providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 14 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 15 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I – Atender às crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário oficial de auxílio à família, à



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

criança e ao adolescente;

- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidades assistenciais.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, e se for o caso, aplicá-lhes as seguintes medidas:

- a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) inclusão em programa de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- d) encaminhamento a tratamento psicológico e psiquiátrico;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- g) advertência.

III – Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança ou adolescente.

V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI – Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas em lei, para o adolescente autor de ato infracional.

VII – Expedir notificação.

VIII – Requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança ou adolescente quando necessário.

IX – Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para plano e programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X – Representar, em nome da pessoa e da família, contra programa ou programação de rádio e televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XI – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

§ Único - O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável, como forma de transição para colocação em família substitutiva pela autoridade judiciária, não importando privação de liberdade.

Art. 16 - Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante da Lei Federal.

### **Capítulo VII Das Disposições Transitórias**

**Art. 17 - Nos quinze dias imediatos à publicação desta lei, a Fundação de Desenvolvimento Social de Lajinha convocará uma reunião pública de todas as entidades não governamentais, que prestam atendimento à criança e ao adolescente no município de Lajinha, para votação de 03(três) representantes, que comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e mais 03(três) suplentes, com mandatos até 15 de março de 1996.**

**§ 1º - As entidades previstas neste artigo deverão ter registro junto à Fundação de Desenvolvimento Social de Lajinha.**

**§ 2º - No prazo de 30(trinta) dias, após a instalação, os conselheiros deverão elaborar o Regimento Interno e eleger entre seus pares, o Presidente, o Vice-Presidente, 1º, 2º e 3º Secretários, 1º, 2º e 3º Tesoureiros, com mandato até 15 de março de 1996.**

§ 3º - No mesmo prazo de 30(trinta) dias o Conselho Municipal receberá e aprovará, após examinar o preenchimento dos requisitos indispensáveis, as chapas que concorrerão à eleição para o Conselho tutelar de Lajinha, indicando os nomes do Presidente, Secretario Geral, 03(três)



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

membros titulares e mais 05(cinco) suplentes.

§ 4º - A eleição será convocada para os próximos 15(quinze) dias e será presidida por juiz competente, com fiscalização do Ministério Público.

§ 5º - Os eleitos serão proclamados empossados, imediatamente, com mandato até 15 de março de 1996.

§ 6º - será permitida a reeleição para os membros do Conselho Tutelar.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil Novecentos e noventa e três (22/03/1993)

Paulo Cezar Hastenreiter Portes  
Presidente